

## PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o projeto de Lei do Senado nº 81, de 2009, do Senador DELCÍDIO AMARAL, que *outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.*

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

RELATORA *AD HOC*: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à deliberação terminativa desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 81, de 2009, de ementa em epígrafe.

O projeto compõe-se de três artigos. O art. 1º isenta do Imposto de Importação, do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, incidentes na importação, *os equipamentos e materiais hospitalares, sem similar nacional, listados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Fazenda, na forma do regulamento.* Para assegurar o cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar (LCP) nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – o art. 2º prevê que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal decorrente da isenção e o incluirá no Demonstrativo de Gastos Tributários, constante dos projetos de lei orçamentária anual (LOA) iniciados após decorridos sessenta dias da publicação da lei resultante. Segundo o art. 3º, a nova lei entra em vigor na data de sua publicação, mas somente produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Na justificativa, o autor menciona os espetaculares avanços da tecnologia aplicada à medicina, que permitem diagnósticos precisos e rápidos, tratamentos não-invasivos, cirurgias à distância e outras novidades que proporcionam aumento da saúde, da longevidade e da qualidade de vida das pessoas. Entretanto, muitos dos novos equipamentos não são produzidos em nosso país, e a rapidez da inovação impõe um prazo muito curto para a amortização dos respectivos custos de pesquisa e desenvolvimento, contribuindo para o seu encarecimento e rápida obsolescência.

*Resulta daí uma medicina elitizada, destinada aos poucos que podem pagar o alto custo em estabelecimentos pioneiros na importação e utilização dos novos recursos tecnológicos, e outra medicina, mais convencional, destinada à grande massa da população. O projeto objetiva, assim, reduzir o custo da importação de equipamentos hospitalares, para que maiores parcelas da população possam ser beneficiadas pelas novas tecnologias.*

A proposição foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 17 de junho de 2009. Em 29 de outubro de 2009, o Senador Flexa Ribeiro apresentou a Emenda nº 1 – CAE, acrescentando parágrafo único ao art. 1º do projeto para estender a isenção tributária às partes e peças de reposição dos equipamentos listados.

## **II – ANÁLISE**

### **Constitucionalidade, Juridicidade, Regimentalidade e Técnica Legislativa**

O PLS nº 81, de 2009, é constitucional, formal e materialmente. A iniciativa do parlamentar é legítima, a teor do art. 61 da Constituição Federal (CF). Cabe à União legislar sobre direito tributário (art. 24, I); contribuições sociais (art. 149), entre as quais a Cofins-Importação e a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação (arts. 195, IV, e § 12, e 239); Imposto de Importação (art. 153, I); IPI (art. 153, IV). O princípio da especificidade e da exclusividade da lei concessiva de benefício fiscal introduzido no § 6º do art. 150 pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, foi atendido.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta, pelos seguintes motivos: (i) o meio por ela eleito para o alcance do objetivo pretendido – lei ordinária – é o adequado; (ii) a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico; (iii) possui o atributo da generalidade; (iv) e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. A proposição, ademais, cuidou de resguardar as restrições advindas da Lei de

Responsabilidade Fiscal, postergando a eficácia da isenção para momento posterior à estimativa do montante da receita que deixará de ser recolhida (em função do benefício proposto) e será informada no Demonstrativo de Gastos Indiretos de Natureza Tributária da Lei Orçamentária Anual.

A tramitação da matéria obedece aos ditames dos arts. 91, I e 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A técnica legislativa adotada não discrepa da disciplinada pela LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### **Mérito**

*Como bem observou o relator na CAS, o Senador Papaléo Paes, ao contrário do que acontece em outros setores, a evolução tecnológica na área da saúde normalmente não diminui custos. (...) A atenção à saúde encarece de forma contínua, no Brasil e no mundo (...) em termos éticos, é forçoso que seja usada a melhor tecnologia possível para tratar todos os pacientes. Não se justifica (...) que exista uma “medicina de pobre”, contraposta a uma “medicina de rico”.*

A Carta Magna, no art. 196, garantiu a todos os brasileiros acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Embora a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, tenha vinculado recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde, o fato é que o Sistema Único de Saúde (SUS) padece, entre outros males, de subfinanciamento.

Assim, não faz sentido a União onerar com quatro tributos indiretos o custo final de equipamentos e materiais hospitalares que, por inexistência de similar nacional, só poderão ser adquiridos mediante importação por ela própria, pelos demais entes federados e pelos estabelecimentos públicos e privados dedicados à saúde.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2009, e da Emenda nº 1 – CAE.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2011.

, Presidente

, Relator

## DECISÃO DA COMISSÃO

*ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADA EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O PROJETO COM A EMENDA Nº 1-CAE, POR 13 (TREZE) VOTOS FAVORÁVEIS, 1 (UM) CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO. VOTA VENCIDO O SENADOR LINDBERGH FARIAS.*

### **Emenda nº 01 - CAE**

(ao PLS Nº 81, de 2009)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 1º do PLS Nº 81, de 2009, com a seguinte redação:

#### **Art. 1º**

.....  
**Parágrafo único** – a isenção de que trata o caput se estende às partes e peças de reposição dos equipamentos listados.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

## TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81 DE 2009

Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam isentos do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação os equipamentos e materiais hospitalares, sem similar nacional, listados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Fazenda, na forma do regulamento.

*Parágrafo único.* A isenção de que trata o caput se estende às partes e peças de reposição dos equipamentos listados.  
(NR)

**Art. 2º** O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Parágrafo único.* O disposto nesta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, Relatora *Ad Hoc*